

Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.

Demonstrações Financeiras



GREENBRIER MAXION
AN AMSTED RAIL GLOBAL PARTNER

31 de dezembro de 2022

com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 MENSAGEM DO CFO

O ano de 2022 foi desafiador para a Companhia, pois o volume de produção e vendas de vagões de cargas sofreu variações durante o exercício, impactado principalmente pela volatilidade do preço internacional do minério de ferro e pelo preço das commodities do agronegócio.

Os volumes de entregas de veículos ferroviários (vagões de carga, locomotivas e carros de passageiros) continuaram ainda muito reduzidos em 2022, mantendo um elevado e dramático índice de ociosidade na indústria, afetando toda a cadeia produtiva do setor, que acumula drástica perda de mão de obra qualificada.

A indústria de vagões de carga entregou um volume menor de vagões em 2022 (1.250 unidades) em relação a 2021 (1.800 unidades), abaixo também da previsão feita há um ano (1.500 a 1.700 vagões) Fonte: "Simefre".

Com a implementação do Novo Marco Regulatório das Ferrovias Brasileiras, a participação da iniciativa privada através do regime de autorização para novas concessões e o incentivo do Governo Federal na expansão das ferrovias, a perspectiva para os próximos anos é de crescimento na demanda de novos vagões, principalmente para o transporte do agronegócio e de combustíveis.

Disponibilidade de matéria prima, falta de insumos para produção, baixa disponibilidade de containers para importação, preço elevado das matérias-primas e a alta do dólar para controlar o preço dos fretes também foram fatores desafiadores em 2022. As decisões estratégicas da direção, buscaram mitigar os impactos no fornecimento de matéria prima e insumos para a Companhia.

Embora o volume de vagões em 2022 tenha sido menor em 23% comparado ao ano de 2021, foi possível superar os resultados operacionais e financeiros. A melhora do resultado foi devido à compra estratégica de matéria prima, implementação de novos projetos de vagões, programas de redução de custo e controle de despesas.

Outro fator importante para Companhia foi a mudança do perfil de alguns clientes, passando a ocorrer vendas diretas para o cliente final "end users".

A companhia está focada em ações ambientais e de sustentabilidade (ESG). Como política, priorizamos os fornecedores de matérias-primas e componentes que atendam aos critérios de redução dos impactos ambientais.

O aço é um importante componente em nosso processo produtivo, e visando a redução no consumo dos recursos naturais e energéticos, temos mais de 50% do aço fornecido, sendo provido através de materiais reciclados.

Como ações de ESG temos;

- **Meio Ambiente:** Coleta seletiva, arrecadação de tampas plásticas, produtos e processos mais sustentáveis que seguem o conceito de economia circular.
- **Social:** Programa Formare, programa aprendiz SENAI, programa pensando no futuro; programa saúde nos trilhos.
- **Governança:** Código de ética, *Ethic Points*, *Due Diligence* e sistema de controle de requisitos legais.



A engenharia avançada trabalha em projetos para redução da tara dos vagões, sendo que algumas ações já foram implementadas no ano de 2021 e 2022. Essas ações resultaram na redução do consumo de combustível pelas operadoras ferroviárias, redução na emissão de CO2, redução na troca do material rodante e maior capacidade de transporte de carga por trem.

A segurança dos funcionários é um VALOR para a Companhia. Como tema da filosofia de segurança temos: *“Eu me cuido, cuido dos meus colegas e deixo que cuidem de mim”*

Como resultado da gestão, a Companhia recebeu os seguintes prêmios;

- Prêmio ABQV: Posição Ouro em Qualidade de Vida
- ISO 45001: Selo Verde
- Época 360: 2º lugar em ESG / Governança
- Época 360: 3º lugar em Pessoas / ESG / Sustentabilidade

Com o resultado líquido auferido no ano de 2022, foi possível efetuar a reversão do prejuízo contábil acumulado até o exercício de 2021, e efetuar o pagamento pela primeira vez na história da Companhia de Juros Sobre o Capital Próprio para os acionistas e ainda destacar a provisão de pagamento de dividendos para 2023.

A companhia se mantém otimista com a renovação das concessões atuais e com a projeção de novas concessões, prevendo um aumento nas vendas para os próximos anos.

Entendemos que o ano de 2023 será um ano ponte, onde a Companhia está empenhada em continuar gerando valor aos seus acionistas.

1.2 PLANO OPERACIONAL E AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

A receita líquida alcançou R\$789,8 milhões em 2022, uma redução de 2,7% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

As vendas são predominantemente para o mercado brasileiro e em Reais, não sofrendo efeito da variação cambial sobre as operações.

O valor absoluto do lucro líquido foi de R\$50,7 milhões, mesmo com um faturamento menor comparado com o exercício anterior, o resultado foi maior que 2021 em 66,4%.

Foram faturados 1.174 vagões, uma redução de 23,2% comparado com o ano de 2021. Esta redução foi relativa à mudança do mix nos modelos de vendas de vagões, onde tivemos uma redução na venda de vagões gondola e plataforma e um aumento na venda de vagões tanque.

A produção de vagões foi menor que o ano de 2021 em 22,6% totalizando 1.197 unidades, para atender o volume de produção foi necessário ajustar o quadro de mão de obra, reduzindo em 8% o total de funcionários.

A Companhia continua investindo em automatização, padronização dos vagões e redução da quantidade de itens por vagão, auxiliando no ganho de eficiência, movimentação, qualidade e produtividade.



O gerenciamento do caixa foi um fator extremamente importante para melhora do resultado operacional da Companhia. A geração líquida de caixa atingiu R\$69,7 milhões (fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais líquido do fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento).

Os empréstimos, financiamentos e debêntures (não incluindo financiamentos *intercompany*) foi reduzido em 34,3%, ou seja de R\$73,6 milhões em 2021 para R\$48,3 milhões em 2022.

Com o lucro do exercício no ano de 2022 em R\$50,7 milhões, a Companhia reverteu os prejuízos acumulados até o ano de 2021 no montante de R\$13,7 milhões, possibilitando o pagamento dos Juros Sobre Capital Próprio aos sócios no ano de 2022 e a previsão para distribuição de dividendos em 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui capital circulante positivo de R\$52,0 milhões, melhorando o cenário de 2021 onde o capital circulante era de R\$12,0 milhões. Os acionistas são mantidos atualizados acerca dos resultados da Companhia e conferem suporte financeiro às suas operações com linhas de crédito, mantendo assim o compromisso de financiar as operações e prover o suporte financeiro necessário para o pagamento de suas obrigações, caso estas sejam necessárias. Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

1.3 SUSTENTABILIDADE, PROJETOS SOCIAIS E AMBIENTAIS (ESG)



FORMARE
Formare



Certificação
ISO 14001:2015



Programa
de Estágio



Doação de
material reciclado



Aprendiz
do Senai



Reflorestamento
Mata Ciliar

PROGRAMA
SAÚDE NOSTRILHOS

Programa
Saúde nos trilhos



Fábrica
Aberta



Redução de resíduos



1.4 COMPROMISSO COM A ÉTICA



A Companhia, como parte de seus valores, está comprometida com a ética em toda a sua cadeia e com o objetivo de reforçar este compromisso, a Companhia além de manter disponível para consulta na sua página eletrônica na rede mundial de computadores (<https://gbmx.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-etica/>) o seu Código de Ética e Conduta, informa que também aderiu voluntariamente ao Pacto pela Integridade e Contra a Corrupção, reiterando seu propósito em disseminar boas práticas de ética empresarial.

Esta adesão reforça a conduta ética como a base do relacionamento entre a Companhia, clientes, fornecedores, agências reguladoras e governamentais e reitera o firme compromisso na proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em nome da Companhia ou em seu benefício, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo:

- dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer agente público, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
- faça contribuição para campanhas eleitorais visando a obtenção de vantagem de qualquer espécie ou com o objetivo de evitar perseguições ou preterições ilegais;
- utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com agentes públicos.

A Companhia apoiará e colaborará com os Poderes Públicos em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos no referido Pacto.

1.5 MERCADO FERROVIÁRIO

O transporte ferroviário representou, desde o seu surgimento, um importante elemento estratégico para a economia. É a melhor alternativa para o transporte de grãos e de cargas containerizadas, com o custo mais baixo e menor impacto ambiental, alta capacidade de carga, mais segurança no transporte de mercadorias e menor risco de acidentes.

No exercício de 2022, a produção ferroviária se apresentou praticamente estável em relação ao mesmo exercício de 2021 (-0,05%). Houve expansão de 9,5% em novembro (em relação ao mesmo período de 2021) na produção de Carga Geral. No acumulado (janeiro a novembro) ocorreu evolução de 12,7% diante do mesmo exercício de 2021. Destaque também para expansão no transporte de granéis agrícolas (13,8%) e combustíveis (7,3%), demonstrando que o modal é adequado ao transporte de cargas de grande volume e sendo extremamente competitivo e adaptável a todas as regiões do Brasil.



O Governo Federal, através do Ministério da Infraestrutura, iniciou uma transformação radical no transporte ferroviário no país. Previsto na Medida Provisória 1.065/2021, o programa Pro-Trilhos permite que novas ferrovias sejam construídas pelo regime de autorização, por livre iniciativa do setor privado, que hoje só investe em projetos de concessão leiloados pelo governo. Até 31 de dezembro de 2022 o MInfra recebeu 89 requerimentos. Juntos, eles representam R\$258 bilhões em investimentos e 22.000 quilômetros de novos trilhos. 27 ferrovias passaram por todas as etapas e foram autorizadas pelo governo federal, representando 10.000 quilômetros e uma investimento de R\$133 bilhões. Com as autorizações ferroviárias, o MInfra espera elevar dos atuais 20% para 40% a participação do modal na matriz de transportes até 2035, com a expansão das ferrovias de 30.000 quilômetros para 35.000 quilômetros. Os investimentos nas concessões dos portos também otimizarão a conexão entre ferrovias e terminais.

O ano de 2023 começará com as principais concessões ferroviárias brasileiras já renovadas por mais 30 anos, como VALE, MRS e RUMO, faltando apenas a concessão da VLI. Há também novas concessões ferroviárias já assinadas, como a ferrovia Norte-Sul conquistada pela RUMO, com previsão de entrada em operação no 1T23, e a ferrovia FIOL-1 conquistada pela BAMIN, com início de operação previsto para 2025.

No planejamento do Ministério da Infraestrutura, através do PPI (Programa de Parceria de Investimentos), prevê-se para o 1º semestre de 2023 a renovação antecipada da VLI, além do leilão da Ferrogrão. A construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), prevista para ser entregue em 2025, foi incluída como contrapartida pelo valor de outorga na prorrogação antecipada da EFVM (Vale).

Ao todo, os investimentos do governo na ferrovia serão de R\$101 bilhões, sendo R\$50 bilhões na renovação das concessões, R\$43 bilhões nas novas concessões e R\$8 bilhões em privatizações.

Destaca-se também a continuidade do negócio de serviços ferroviários para revisão, manutenção, reforma e transformação de vagões ferroviários de cargas e componentes, permitindo a melhor distribuição e absorção da mão de obra produtiva, além de atender a demanda do mercado. Atualmente quase 50% da frota brasileira tem mais de 30 anos, sendo que quase 14.000 desses vagões já passaram dos 50 anos, o que demanda uma série de substituições e novas aquisições para garantir a segurança operacional e produtividade da ferrovia.

Fonte: Ministério da Infraestrutura e ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários).

1.6 LINHA DE PRODUTOS

a) VAGÕES

INOVAÇÕES PARA TODOS OS TIPOS DE CARGA

A Greenbrier Maxion possui expertise em design e fabricação de todos os tipos de vagões:

- Design arrojado e que facilita a manutenção
- Tara reduzida e maior capacidade de carga, aumentando a capacidade por trem



- Carga e descarga automatizadas
- Parceria tecnológica com Greenbrier, líder mundial em projetos e fabricação de vagões
- Penetração e atuação global, sendo a maior operação ferroviária da América do Sul

PORTFÓLIO DE MAIS DE 30 VAGÕES



i. GÔNDOLA

Conta com 8 modelos de vagões para o transporte de: Minério de ferro, bauxita e carvão.

Uma grande variedade de projetos para atender melhor os seus clientes no transporte de minério. O destaque é o vagão GDU, o vagão de maior capacidade de transporte produzido pela Companhia e o primeiro direcionado ao mercado brasileiro com truque 7"x12". Com capacidade para 37,5 toneladas/eixo de carga e 150 toneladas de peso bruto máximo, utiliza freio com taxas adequadas ao serviço de 150 toneladas, ajustadas para condição de uso com ou sem carga, de forma a reduzir a temperatura e prolongar a vida útil da roda.

ii. TANQUE

Conta com 4 modelos de vagões para o transporte de: Combustível e óleo vegetal.

Grande variedade de projetos fornecidos, tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo. Produz vagões tanque para transporte de derivados do petróleo, cimento e ácido sulfúricos, entre outros. Capacidade volumétrica e menor tara, além de sistemas que agilizam a descarga são as inovações tecnológicas.

iii. FECHADO

Conta com 3 modelos de vagões para o transporte de: Celulose

A Companhia desenvolveu uma linha vagões especiais e diferenciados para atender o transporte de celulose nas ferrovias brasileiras.



iv. HOPPER

Conta com 10 modelos de vagões para o transporte de: Grãos, farelo, açúcar, fertilizantes e enxofre.

Os projetos de vagões Hoppers são diferenciados e inovadores, com alta tecnologia e de qualidade mundialmente reconhecida para o transporte de grãos, açúcar, milho, soja, farelo, entre outros. Uma das principais tecnologias utilizadas é a carga e descarga automatizadas, que possibilita o acionamento das tampas de carga através de um sistema pneumático. A tecnologia torna o processo mais rápido e seguro, tanto para o operador, durante a carga/descarga do vagão, quanto para a carga, já que não utiliza forma humana para acionar as portas e sim o sistema automatizado.

v. PLATAFORMA

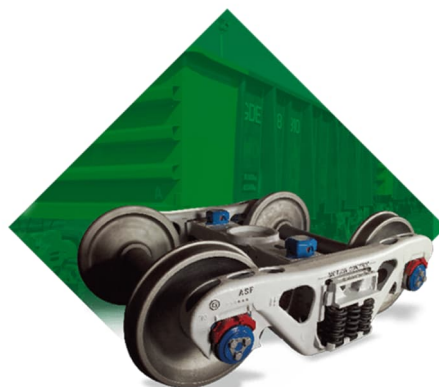
Conta com 8 modelos de vagões para o transporte de: Contêineres, sejam empilhados ou alinhados.

A Companhia desenvolveu uma linha vagões plataforma especiais e diferenciados para atender o transporte de contêineres nas ferrovias brasileiras. Os vagões transportam contêineres alinhados e empilhados atendendo às necessidades de seus clientes de acordo com a infraestrutura férrea.

b) TRUQUES

Por meio de uma parceria tecnológica com a Amsted Rail, utiliza sua expertise também na fabricação de truques e componentes ferroviários, homologados pela norma Associação Americana de Ferrovias (AAR):

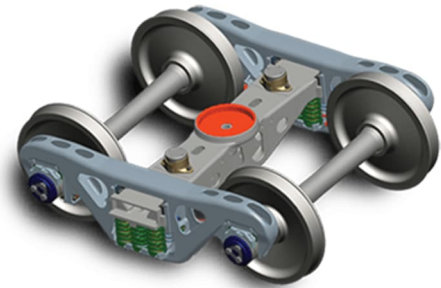
- Engenharia inovadora que desenvolve truques de aço fundido para todas as bitolas e capacidades existentes
- Componentes robustos, com alto desempenho operacional e de fácil manutenção
- Rodas em aço microligado, mais resistente e de alta performance
- Melhor desempenho dinâmico e menor risco de descarrilamento, com redução no consumo das rodas e de combustível





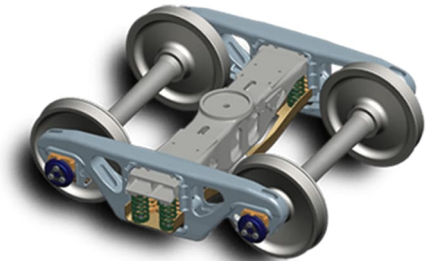
i. *MOTION CONTROL®*

- Truques premium providos de adaptadores especiais
- Redução do consumo de combustível
- Processo de manutenção simplificado
- Melhor desempenho dinâmico e menor risco de descarrilamento



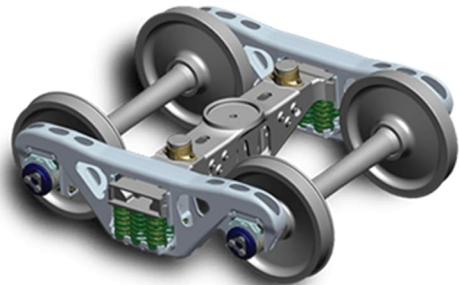
ii. *SWING MOTION®*

- 6.1/2" x 9" para 32,5 toneladas/eixo
- 7" x 12" para 37,5 toneladas/eixo



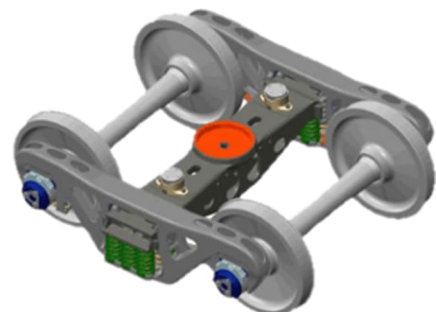
iii. *RIDE CONTROL*

- Praticidade e fácil manutenção
- Amortecimento constante
- Adaptação às condições operacionais existentes



iv. *SUPER SERVICE RIDE CONTROL*

- Tecnologia de amortecimento constante
- Assento de borracha nos pedais
- Melhoria na dinâmica dos vagões
- Redução no consumo de componentes





c) SERVIÇOS

A Greenbrier Maxion inova ao propor soluções completas e diferenciadas na prestação de serviços.

A Companhia, através de toda sua tecnologia e expertise, implantou uma nova linha especializada em serviços ferroviários em sua unidade em Hortolândia. O galpão com 4 mil metros quadrados recebe vagões, que necessitam de revisão, manutenção, reforma e transformação, saindo “novinhos em folha” para o cliente.

O principal objetivo da nova linha de serviços é oferecer ao mercado soluções completas no que se refere à operacionalização de vagões de carga, por meio de uma proposta superior em benefício aos clientes. Isso permite que as operadoras fiquem livres de preocupações e custos elevados referentes à manutenção de seus vagões, concentrando esforços no foco real de seu negócio. Entre as principais vantagens, os destaques são: maior confiabilidade e disponibilidade, melhor a produtividade, redução de backlog de manutenção, redução de custos indiretos, gestão de materiais e diminuição de trem-hora-parada, além da reciclagem e reaproveitamento de materiais e peças.

Os projetos, assim como alguns serviços, são tratados como demandas independentes, personalizadas e pensadas para as necessidades específicas de cada cliente. Já os serviços de sistemas e os de componentes podem ser realizados de modo completo ou isolados. Entretanto, a melhor opção, que garante maior abrangência a custos menores, é a Manutenção Integrada.

Antes



Depois





A expertise da Greenbrier Maxion operacionalizando serviços de manutenção com disponibilidade e qualidade superior.

- Peças de reposição
- Monitoramento preventivo
- Revisões periódicas
- Remanufatura de componentes
- Kits de componentes
- Reforma, modernização e transformação de vagões
- Otimização de estoques
- Célula completa de manutenção

1.7 COVID-19

O surto de Covid-19 foi relatado pela primeira vez no final de 2019 em Wuhan, China. Desde então, o vírus se espalhou pelo mundo. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de Covid-19 uma pandemia.

A pandemia da Covid-19 mostra sinais consideráveis de flexibilização já que muitos países suspenderam as proibições de viagens, encerraram os lockdowns e facilitaram medidas de quarentena. Muitos governos anunciaram redução de certas medidas para fornecer assistência financeira e não financeiras às entidades afetadas.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações.

A Companhia também vem realizando o acompanhamento dos casos junto aos funcionários e tem efetuado campanhas de comunicação e conscientização, além da assistência aos funcionários e sociedade.

Não houve aumento da inadimplência no contas a receber da Companhia e nem atraso aos fornecedores, também não há previsão de perda de matéria prima ou materiais devido ao cenário de pandemia.

1.8 GUERRA NA UCRÂNIA

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, desencadeia uma série de considerações contábeis do IFRS que afetam as demonstrações financeiras.

Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia.

A situação, juntamente com as flutuações potenciais nos preços das commodities, taxas de câmbio, restrições às importações e exportações, disponibilidade de materiais e serviços locais e acesso a recursos locais afetarão diretamente as entidades que têm operações ou exposições significativas na Rússia, Bielorrússia ou Ucrânia.



GREENBRIER MAXION

AN AMSTED RAIL GLOBAL PARTNER

Criando caminhos.



Greenbrier Maxon Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.

Demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021

A guerra e suas consequências diretas e indiretas podem impactar outras entidades além daquelas com interesses diretos nos países envolvidos, por exemplo, como resultado da exposição a flutuações nos preços de commodities e taxas de câmbio, bem como a possibilidade de uma desaceleração econômica prolongada.

Neste cenário a Companhia não foi impactada no fornecimento de matéria prima, consumíveis entre outros, as vendas também não foram impactadas, pois o maior mercado é o nacional. Nenhum outro impacto financeiro foi evidenciado para o negócio.



SUMÁRIO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial – Ativo	6
Balanço patrimonial – Passivo e patrimônio líquido	7
Demonstração do resultado do exercício	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
1. Contexto operacional	12
1.1 Disposições gerais	12
1.2 Posição patrimonial e suporte financeiro	12
2. Base de elaboração das demonstrações financeiras	12
2.1 Declaração de conformidade	12
2.2 Base de mensuração	13
2.3 Moeda funcional e de apresentação	13
2.4 Uso de estimativas e julgamentos	13
3. Principais práticas contábeis	14
3.1 Impacto da adoção pela primeira vez de IFRS e alteração das normas	14
3.2 Adoção das IFRS novas e revisadas ainda não aplicáveis	16
3.3 Demais políticas contábeis	18
4. Caixa e equivalentes de caixa	28
5. Contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes	29
5.1 Contas a receber	29
5.2 Adiantamento de clientes	30
6. Estoques	30
7. Impostos a recuperar	30
8. Imposto de renda e contribuição social	31
8.1 Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva	32
9. Partes relacionadas	33
9.1 Remuneração do pessoal chave da administração	33
9.2 Empresas do grupo	33
9.3 Contrato de serviços compartilhados (“ <i>shared services agreement</i> ”)	34
10. Imobilizado	34



10.1	Movimentação do custo – 2022	35
10.2	Movimentação da depreciação – 2022	35
10.3	Movimentação do custo – 2021	36
10.4	Movimentação da depreciação – 2021	36
11.	Empréstimos, financiamentos e debêntures	37
11.1	Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures	38
11.2	Debêntures	38
12.	Fornecedores	38
13.	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	39
14.	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	39
14.1	Movimentação durante o exercício	39
15.	Patrimônio líquido	41
15.1	Capital social	41
15.2	Ajuste de avaliação patrimonial	41
15.3	Distribuição de lucros	41
15.4	Lucro por ação	42
16.	Receita líquida de vendas	43
17.	Resultado financeiro	43
18.	Variação cambial líquida	44
19.	Custos e despesas	44
20.	Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	45
21.	Direito de uso e passivos de arrendamento	45
22.	Gestão de risco e instrumentos financeiros	47
22.1	Considerações gerais e políticas	47
22.2	Classificação dos instrumentos financeiros	47
22.3	Valores justos	48
22.4	Gestão de riscos financeiros	49
23.	Gestão de capital	52
24.	Cobertura de seguros	52
25.	Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa	53
26.	Autorização para emissão das demonstrações financeiras	53

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.
Hortolândia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia tem recebido suporte financeiro de partes relacionadas nos últimos anos e mantém saldos e transações de compra e venda com partes relacionadas com base em termos e condições negociados entre elas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Operações de arrendamento mercantil

Conforme descrito na nota explicativa 3.3 j) e 21, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada como método de transição. Esse pronunciamento estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis administrativos e operacionais, e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento, referente aos pagamentos mínimos futuros e um ativo representando o direito de uso do bem, durante o prazo do arrendamento e também devem reconhecer separadamente as despesas com encargos financeiros sobre o passivo de arrendamento, e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Em 31 de dezembro de 2022, conforme notas explicativas 3.3 j) e 21, os saldos referentes ao ativo de direito de uso e ao passivo de arredamento totalizavam R\$44.926 mil e R\$ R\$50.773 mil, respectivamente, representando 8,8% do total do ativo e 12,8% do total do passivo circulante e não circulante, respectivamente. Adicionalmente, no exercício findo nessa mesma data, os valores de amortização de ativo de direito de uso e de despesa financeira, foram R\$14.283 mil e R\$3.524 mil, respectivamente, e o valor pago de passivo de arrendamento (incluindo juros) foi de R\$14.361 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido: i) a magnitude dos valores envolvidos e renegociações efetuadas pela Companhia; e ii) a avaliação envolver julgamentos significativos na determinação das premissas e estimativas utilizadas para determinar o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil da Companhia; (ii) inspeção e análise dos contratos de arrendamento mercantil, em base amostral, quanto a adequação à referida norma; (iii) teste, com base em amostras, dos valores mensurados do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil, ambos registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos; (iv) teste, com base em amostras, dos valores de amortização do ativo de direito de uso; e (v) análise da taxa de juros incremental calculada pela Companhia.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria referente a efeitos de remensuração, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 j) and 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP034519/O



Luciano Ferreira da Cunha
Contador CRC-1SP210861/O-2



Balanço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.509	90.184
Contas a receber de clientes	5.1	9.983	12.105
Estoques	6	197.307	165.374
Impostos a recuperar	7	17.516	22.232
Despesas antecipadas		1.168	863
Outros créditos		4.916	3.011
Total circulante		353.399	293.769
Não circulante			
Contas a receber de clientes	5.1	8.673	11.012
Impostos a recuperar	7	491	406
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	30.103	27.013
Depósitos judiciais	14.1	6.574	7.614
Outros créditos		1.000	1.000
Direito de uso de bens arrendados	21	44.926	21.145
Imobilizado	10	67.594	63.992
Total não circulante		159.361	132.182
Total do ativo		512.760	425.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Balanço patrimonial

Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	105.385	113.958
Fornecedores	12	60.426	67.643
Obrigações tributárias		2.406	1.808
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	29.748	24.950
Adiantamentos de clientes	5.2	65.244	18.930
Dividendos a pagar	15.3	4.642	-
Passivo de arrendamento - direito de uso	21	6.223	16.003
Outras obrigações		27.302	38.469
Total circulante		301.376	281.761
Não Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	28.343	39.117
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	21.934	22.851
Passivo de arrendamento - direito de uso	21	44.550	7.543
Outras obrigações		965	-
Total não circulante		95.792	69.511
Patrimônio Líquido			
Capital social	15.1	87.707	87.707
Reserva estatutária	15.3	24.537	-
Reserva legal	15.3	1.808	-
Ajuste de avaliação patrimonial		1.540	666
Prejuízos acumulados	15.3	-	(13.694)
Total patrimônio líquido		115.592	74.679
Total do passivo e do patrimônio líquido		512.760	425.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado do exercício

Em milhares de reais, exceto lucro do exercício por ação

DRE	Nota Explicativa	2022	2021
Receita líquida de vendas	16	789.804	811.684
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(685.040)	(718.641)
Lucro bruto		104.764	93.043
Despesas operacionais			
Com vendas	19	(7.529)	(9.126)
Gerais e administrativas	19	(18.718)	(14.550)
Honorários da administração	19	(6.623)	(6.317)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(8.518)	(8.165)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		63.376	54.885
Receitas financeiras	17	15.611	6.259
Despesas financeiras	17	(23.322)	(15.572)
Variação cambial, líquida	18	(310)	66
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		55.355	45.638
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8.1	(7.715)	(21.280)
Diferidos	8.1	3.090	6.129
Lucro do exercício		50.730	30.487
Lucro do exercício por ação - básico e diluído R\$	15.4	1,04975	0,63086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



GREENBRIER MAXION

AN AMSTED RAIL GLOBAL PARTNER

Criando caminhos.

Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.
Demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021



Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de reais

DRA	2022	2021
Lucro do exercício	50.730	30.487
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	50.730	30.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GREENBRIER MAXION**

AN AMSTED RAIL GLOBAL PARTNER

Criando caminhos.

Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.

Demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

DMPL	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		87.707	989	-	-	(44.504)	44.192
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	(323)	-	-	323	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	30.487	30.487
Saldos em 31 de dezembro de 2021		87.707	666	-	-	(13.694)	74.679
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	874	-	-	(874)	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	50.730	50.730
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	15.3	-	-	1.808	-	(1.808)	-
Reserva estatutária	15.3	-	-	-	24.537	(24.537)	-
Juros sobre o capital próprio	15.3	-	-	-	-	(5.175)	(5.175)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.3	-	-	-	-	(4.642)	(4.642)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		87.707	1.540	1.808	24.537	-	115.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa***Em milhares de reais*

Fluxo caixa indireto	Nota Explicativa	2022	2021
Lucro líquido do exercício		50.730	30.487
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	10.2	9.529	9.820
Amortização de direito de uso	21	14.283	13.658
Adições / Baixas de direito de uso	21	-	(5.169)
Imposto de renda e contribuição social	8.1	4.625	15.138
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11.1	17.687	10.237
Juros sobre passivos de arrendamento	21	3.524	7.168
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	10.1 e 10.2	2.853	843
Adições/Reversões de provisão para perdas nos estoques	6	2.933	4.554
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões		(917)	12.805
Outros		-	(7)
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes		4.461	102.186
Estoques		(34.866)	(80.015)
Impostos a recuperar		4.631	1.012
Depósitos judiciais		1.040	1.982
Outros créditos e demais contas		(2.210)	8.428
(Redução) aumento nos passivos:			
Fornecedores		(7.217)	(27.348)
Adiantamentos de clientes		46.314	(18.864)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		4.798	4.260
Outras obrigações e demais contas		(9.604)	25.741
Caixa gerado pelas operações		112.594	116.916
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	8.1	(7.715)	(21.280)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	21	(7.513)	(389)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	(11.756)	(8.255)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		85.610	86.992
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	10.1	(15.984)	(14.701)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(15.984)	(14.701)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	1.000	136.103
Amortizações de passivos de arrendamento - principal	21	(6.848)	(13.839)
Amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	11	(26.278)	(185.935)
Juros sobre capital próprio	15.3	(5.175)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(37.301)	(63.671)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		32.325	8.620
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		90.184	81.564
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		122.509	90.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

A Greenbrier Maxon Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de setembro de 2014, com sede à Avenida Carlos Roberto Prata, s/n Lote 71 - Sítio São João, Jardim Nova Europa, Hortolândia/SP - CEP 13184-889, registrada no CNPJ: 21.042.930/0001-88 e I.E.: 748.169.456.110.

Suas atividades produtivas tiveram início em 1º de maio de 2015 e consistem na fabricação, usinagem, montagem, remodelagem, reparo, distribuição ou venda de quaisquer tipos de equipamentos ferroviários, bem como na importação e exportação.

A gestão da empresa é feita de modo compartilhado composta por dois sócios, sendo eles;

- Greenbrier do Brasil Participações Ltda com 60% de participação
- Amsted Maxon Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. com 40% de participação.

1.2 POSIÇÃO PATRIMONIAL E SUPORTE FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui capital circulante positivo de R\$52,0 milhões, melhorando o cenário de 2021 onde o capital circulante era de R\$12,0 milhões. Os acionistas são mantidos atualizados acerca dos resultados da Companhia e conferem suporte financeiro às suas operações com linhas de crédito, mantendo assim o compromisso de financiar as operações e prover o suporte financeiro necessário para o pagamento de suas obrigações, caso estas sejam necessárias. Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos, financiamentos e debêntures (não incluindo financiamentos *intercompany*) foi reduzido em 34,3%, ou seja de R\$73,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$48,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia ainda possui financiamentos *intercompany* no montante de R\$85,4 milhões, conforme notas explicativas 9 e 11.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente ao IFRS16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico em que opera.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

Áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:



- Nota explicativa nº 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social.
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 22 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 IMPACTO DA ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DE IFRS E ALTERAÇÃO DAS NORMAS

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido;
- Referências à estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

i. Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.



Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, já que atualmente não existe nenhum contrato que seja classificado como oneroso para Companhia.

ii. Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

iii. Referências à estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da estrutura conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 *Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 *Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da *IAS 37* ou *IFRIC 21*, respectivamente, em vez da estrutura conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.



iv. IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

3.2 ADOÇÃO DAS IFRS NOVAS E REVISADAS AINDA NÃO APLACÁVEIS

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

i. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.



ii. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

iv. *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.



A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

3.3 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita de vendas de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

b) Transações em moeda estrangeira

São convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras no encerramento de cada exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



d) Contas a receber de clientes e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Sociedade.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída.

f) Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.



ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas com base nas vidas úteis estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente como mudança de estimativas contábeis.

g) Avaliação do valor recuperável - "impairment"

i. Ativo imobilizado

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo "impairment".

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), o qual para a Companhia foi considerada apenas uma UGC.

ii. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.



h) Provisões

i. *Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

i) Tributação

i. *Impostos correntes*

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual), para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

ii. *Impostos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.



Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais.

j) Arrendamento

A companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

i. Arrendatário

A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.



Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor a companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

ii. Arrendador

Arrendamentos para os quais a empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.



k) Instrumentos financeiros

i. *Classificação e mensuração de ativos financeiros*

Todos os ativos financeiros reconhecidos devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

ii. *Ativos financeiros*

Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

São exemplos de ativos classificados nesta categoria: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que:

- (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e
- (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

iii. *Mensuração inicial*

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

iv. *Mensuração subsequente*

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:



Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a CPC 38 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a CPC 38 (IFRS 9). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas.

Especificamente, a CPC 38 (IFRS 9) requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a CPC 38 (IFRS 9) requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A CPC 38 (IFRS 9) requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5).

As atividades da Companhia estão organizadas no segmento ferroviário, sendo a grande maioria das suas contas a receber com poucos clientes e de adequada saúde financeira. A variação do saldo da provisão para perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é devido ao contas a receber de locatário da sublocação do imóvel, o qual entrou em recuperação judicial e apresentou dificuldades no cumprimento das obrigações.



l) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

- i. *Custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures.*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

ii. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.



Ativo/Passivo Financeiro	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Outros créditos	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	Custo amortizado
Outras obrigações	Custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

Esta é a categoria mais relevante para a companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.



Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa e bancos	232	262
Aplicações financeiras de liquidez imediata	122.277	89.922
Total	122.509	90.184

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração de 96,39% (taxa calculada pela média ponderada) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,75% em 31 de dezembro de 2021), e estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate da data da aplicação e serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.



5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

5.1 CONTAS A RECEBER

Contas a receber de clientes	2022	2021
No Brasil	19.685	23.333
No Exterior	245	-
Partes relacionadas (Nota 9)	676	262
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(1.950)	(478)
Total	18.656	23.117
Ativo circulante	9.983	12.105
Ativo não circulante	8.673	11.012

Saldos por idade de vencimento	2022	2021
A vencer	18.466	22.748
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	47	61
De 31 a 60 dias	-	9
De 61 a 90 dias	-	9
De 91 a 180 dias	143	290
Acima de 181 dias	1.950	478
Total	20.606	23.595

Movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	2022	2021
Saldo no início do exercício	(478)	(478)
Reversões	1.525	-
Adições	(2.997)	-
Saldo no fim do exercício	(1.950)	(478)

A Companhia negociou por meio de operações de cessões de recebíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$220.827 (R\$17.618 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) tais operações, foram desreconhecidas uma vez que nossos contratos não estabelecem direito de regresso, que resultaram em taxas no valor de R\$932 registrada em despesas financeiras.

O saldo em aberto da garantia a receber de fornecedores é de R\$11.502 em 31 de dezembro 2022 (R\$12.275 em 31 de dezembro 2021). A abertura deste saldo entre circulante e não circulante é respectivamente R\$3.325 e R\$8.177 em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 a abertura entre circulante e não circulante é respectivamente R\$2.907 e R\$9.368).



5.2 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo em aberto dos Adiantamentos de Clientes é de R\$65.244 (R\$18.930 em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos contratos assinados, o qual registra os valores exigíveis em até 12 meses, decorrentes de parcelas recebidas antecipadamente à produção de bens ou execução de serviços de clientes que contrataram tais bens ou serviços.

6. ESTOQUES

Estoques	2022	2021
Produtos acabados	75.472	44.057
Produtos em elaboração	25.427	29.201
Matérias-primas	104.179	97.363
Materiais auxiliares	3.904	3.594
Importações em andamento	155	56
Provisão para perdas	(11.830)	(8.897)
Total	197.307	165.374

Movimentação na provisão para perdas	2022	2021
Saldo no início do exercício	(8.897)	(4.343)
Reversões	295	3.855
Adições	(3.228)	(8.409)
Saldo no fim do exercício	(11.830)	(8.897)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a recuperar	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS	9.135	3.303
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	773	10.387
Programa de Integração Social - PIS	131	2.262
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	6.280	3.998
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	1.688	2.688
Total	18.007	22.638
Ativo circulante	17.516	22.232
Ativo não circulante	491	406
Total	18.007	22.638



Visando incentivar o crescimento e recuperação dos portos brasileiros, o Governo Federal concede diante da Lei nº 11.033 em 1º de dezembro de 2004, suspensão de IPI, PIS/PASEP, COFINS e Imposto de Importação para aqueles que estiverem enquadrados no Regime Tributário para Incentivo a Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO.

São beneficiados pelo regime, o operador Portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto.

Tal benefício pode ser aproveitado na venda realizada no mercado interno, com suspensão de IPI (alíquota média de 5%), PIS/PASEP (alíquota de 1,65%), COFINS (alíquota de 7,6%) e na importação IPI (alíquota média de 5%), PIS/PASEP (alíquota de 1,65%), COFINS (alíquota de 7,6%) e Imposto de Importação (alíquota de 14%).

Além desses, o regime também dá benefício relacionado ao ICMS, que autoriza os Estados dos quais são mencionados no D.O.U. de 05/04/2005 a conceder isenção do ICMS de bens destinados à modernização de zonas portuárias do Estado.

Em 2022 a isenção do ICMS foi concedida de forma parcial, do qual aplicou-se a carga tributária de 2,93% nas vendas de vagões realizadas dentro do Estado de São Paulo aos beneficiários do REPORTO.

Em janeiro de 2021, houve o encerramento do REPORTO (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária) que concedia suspensão de tributos nas vendas efetuadas a clientes habilitados ao referido regime, sendo retomado em 2022 a partir de março. Como previsto, houve amortização dos créditos ao longo do exercício de 2022 compensando os débitos gerados nas vendas realizadas à não beneficiários do REPORTO.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diferidos	2022	2021
Prejuízos fiscais	7.317	751
Base negativa de contribuição social	2.634	270
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.239	7.537
Provisão para perdas nos estoques	4.022	3.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	663	163
Provisão para participação nos resultados	3.280	2.927
Provisão para garantia e revisões	4.255	3.645
Provisão para regime de competência	4.984	9.419
Outras	3.394	2.472
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	37.788	30.208
Custo atribuído ao imobilizado	(819)	(507)
Diferença de critério de depreciação	(6.034)	(2.688)
Arrendamento mercantil	(832)	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(7.685)	(3.195)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquidos	30.103	27.013



Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pela Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como provenientes de diferenças temporárias nos seguintes exercícios:

Ano	2022
2023	1.356
2024	3.740
2025	6.982
2026	9.369
2027	8.656
Total	30.103

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

8.1 CONCILIAÇÃO DAS ALÍQUOTAS FISCAIS DO IMPOSTO DE RENDA COM SUA TAXA EFETIVA

Conciliação	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.355	45.638
Alíquota combinada	34%	34%
Benefício de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	(18.821)	(15.517)
Diferenças permanentes	(89)	(887)
Provisão para não realização (*)	14.285	1.253
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.625)	(15.151)
Correntes	(7.715)	(21.280)
Diferidos	3.090	6.129
Alíquotas efetivas	8%	33%
Diferidos sobre prejuízos fiscais e contribuição social negativa de anos anteriores	(12.306)	-
Alíquotas efetivas sem o efeito da contabilização dos prejuízos de anos anteriores	31%	33%

(*) Efeito líquido de provisão para não realização e ajustes extemporâneos na entrega das obrigações acessórias de 2021 efetuada em setembro de 2022.

No ano de 2022 foi contabilizado R\$12.306 referente a imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais de anos anteriores.



9. PARTES RELACIONADAS

9.1 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Remuneração	2022	2021
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	6.623	6.317

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, conforme estatuto.

9.2 EMPRESAS DO GRUPO

Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia as operações entre partes relacionadas a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício findo naquela data, relativas às operações com partes relacionadas, são detalhados a seguir:

2022	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted Rail Brasil Equip. Ferroviários S.A.	117	14.155	-	82.664
Amsted Maxion Fundação e Equip. Ferr. S.A.	559	16.922	1.462	136.865
Total	676	31.077	1.462	219.529

2021	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted Rail Brasil Equip. Ferroviários S.A.	108	25.472	-	95.237
Amsted Maxion Fundação e Equip. Ferr. S.A.	154	14.962	188	164.767
Total	262	40.434	188	260.004

Empréstimos <i>intercompany</i>		31/12/2022			
Cedente	Natureza	Taxa	Moeda	Total	
Greenbrier Companies	Bridge Loan	CDI	BRL	85.395	

A Companhia adquire matérias-primas e componentes ferroviários (principalmente eixos, rolamentos, rodas e fundidos ferroviários) da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. e da Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A., empresa controlada pela Amsted Industries, Inc.



Também é realizada a operação de subarrendamento da área industrial, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.100 anual (R\$1.000 anual em 2021), utilizado no armazenamento e administrativa para a Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A.

9.3 CONTRATO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS (“*SHARED SERVICES AGREEMENT*”)

Em 6 de maio de 2015, a Companhia e a Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura de gestão que compreende, entre outros, funcionários, técnicos, empreiteiros, equipamentos e materiais (estrutura administrativa), em 03 de dezembro de 2019 foi efetuado um aditivo ao contrato alterando os departamentos contemplados, estando abrangido pelo aditivo o compartilhamento das despesas dos seguintes setores corporativos: Tecnologia da Informação, Vendas e Marketing. As despesas que compõem esse contrato são lançadas em “Despesas gerais e administrativas”.

Compartilhamento de serviços	2022	2021
Net Shared Service	1.966	2.861

10. IMOBILIZADO

Grupo contábil	Taxa média anual de depreciação	2022			2021
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	3,0%	7.864	(4.703)	3.161	4.245
Máquinas e equipamentos	8,6%	63.814	(30.710)	33.104	31.044
Ferramentais	8,0%	155	(72)	83	163
Moldes	10,1%	29.374	(17.143)	12.231	14.271
Móveis e utensílios	10,5%	5.310	(3.095)	2.215	2.434
Veículos	0,0%	445	(356)	89	89
Equipamentos de computação	23,9%	4.559	(3.640)	919	1.011
Outras imobilizações	5,3%	-	-	-	32
Obras em andamento	0,0%	15.792	-	15.792	10.703
Total		127.313	(59.719)	67.594	63.992



10.1 MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO – 2022

Grupo contábil	2021	2022			
	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Transf.	Custo de aquisição
Edificações e benfeitorias	8.779	-	(916)	-	7.863
Máquinas e equipamentos	63.901	368	(9.048)	8.593	63.814
Ferramentais	438	-	(282)	-	156
Moldes	30.800	-	(2.091)	665	29.374
Móveis e utensílios	5.139	-	(857)	1.028	5.310
Veículos	445	-	-	-	445
Equipamento de computação	5.477	-	(1.158)	240	4.559
Outras imobilizações	131	-	(131)	-	-
Obras em andamento (*)	10.702	15.616	-	(10.526)	15.792
Total	125.812	15.984	(14.483)	-	127.313

(*) Os valores do imobilizado em andamento referem-se à construção das linhas de produção de vagões, reforma de equipamentos atendendo a norma NR12 e Data Centers em processo de instalação.

10.2 MOVIMENTAÇÃO DA DEPRECIÇÃO – 2022

Grupo contábil	2021	2022			
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação acumulada
Edificações e benfeitorias	(4.535)	(887)	719	-	(4.703)
Máquinas e equipamentos	(32.855)	(5.134)	7.279	-	(30.710)
Ferramentais	(274)	(26)	228	-	(72)
Moldes	(16.529)	(2.158)	1.544	-	(17.143)
Móveis e utensílios	(2.706)	(1.063)	674	-	(3.095)
Veículos	(356)	-	-	-	(356)
Equipamento de computação	(4.467)	(253)	1.081	-	(3.639)
Outras imobilizações	(98)	(8)	105	-	(1)
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Total	(61.820)	(9.529)	11.630	-	(59.719)



10.3 MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO – 2021

Grupo contábil	2020	2021			
	Custo de aquisição	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Edificações e benfeitorias	8.483	296	-	-	8.779
Máquinas e equipamentos	56.067	10.049	(2.087)	(128)	63.901
Ferramentais	626	48	(19)	(217)	438
Moldes	32.496	1.847	(2.886)	(657)	30.800
Móveis e utensílios	5.006	471	(338)	-	5.139
Veículos	-	-	-	445	445
Equipamento de computação	5.145	343	(11)	-	5.477
Outras imobilizações	131	-	-	-	131
Obras em andamento (*)	8.498	15.633	-	(13.429)	10.702
Total	116.452	28.687	(5.341)	(13.986)	125.812

(*) Os valores do imobilizado em andamento referem-se à construção das linhas de produção de vagões e à reforma de equipamentos atendendo a norma NR12.

10.4 MOVIMENTAÇÃO DA DEPRECIAÇÃO – 2021

Grupo contábil	2020	2021			
	Depreciação Acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação Acumulada
Edificações e benfeitorias	(3.590)	(945)	-	-	(4.535)
Máquinas e equipamentos	(29.858)	(4.947)	1.950	-	(32.855)
Ferramentais	(407)	114	19	-	(274)
Moldes	(15.934)	(2.819)	2.224	-	(16.529)
Móveis e utensílios	(2.525)	(477)	296	-	(2.706)
Veículos	-	-	-	(356)	(356)
Equipamento de computação	(4.095)	(381)	9	-	(4.467)
Outras imobilizações	(89)	(9)	-	-	(98)
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Total	(56.498)	(9.464)	4.498	(356)	(61.820)



11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Indexador	Taxa efetiva anual de juros	Última data de vencimento	2022	2021
Capital de Giro	CDI+3,98%aa	13,49%	22/03/2022	-	2.676
Capital de Giro	CDI+4,56%aa	14,13%	25/02/2022	-	2.754
NCE	CDI+1,66%aa	17,40%	06/07/2023	5.061	5.045
Debênture	CDI+2,96%	17,56%	16/07/2024	42.314	61.313
Finame	11,00%	11,00%	15/12/2022	-	235
Finame	6,05%	6,05%	15/10/2023	215	473
Finame	6,65%	6,65%	15/12/2023	149	298
Finame	5,10%	5,10%	15/12/2024	97	145
Finame	4,95%	4,95%	17/11/2025	497	668
Financiamento "partes relacionadas"	CDI	13,65%	16/01/2023	85.395	79.468
Total				133.728	153.075
Passivo circulante				105.385	113.958
Passivo não circulante				28.343	39.117
Total				133.728	153.075

Cronograma de liquidação	2022
2023	19.990
2024	28.016
2025	327
Total	48.333

No cronograma de liquidação não foi considerado o financiamento com partes relacionadas.

A Companhia negociou por meio de operações confirming/risco sacado durante o exercício de 2022 o valor de R\$36.954 (R\$69.671 durante o exercício de 2021), que resultaram no valor de R\$1.103 registrado em despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo confirming/risco sacado é R\$0 "zero" (R\$0 "zero" em 31 de dezembro de 2021).



11.1 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro	153.075	200.925
Captações	1.000	136.103
Provisão de juros	17.687	10.237
Amortização do principal	(26.278)	(185.935)
Pagamento de juros	(11.756)	(8.255)
Saldo em 31 de dezembro	133.728	153.075

Todas as operações de crédito da Companhia são realizadas sem garantia de bens ou outros instrumentos.

11.2 DEBÊNTURES

As debêntures emitidas pela Companhia são (i) 1ª garantia (Instrução CVM nº 476) de debêntures simples, nominativas, escriturais, quirografárias, em série única.

As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário pago à vista em moeda nacional no ato da subscrição, sendo os juros amortizados trimestralmente.

Debêntures	Categoria	Valor principal na emissão	Data da emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2022
1ª emissão	Simple	60.000	16/07/2021	16/07/2024	CDI+2.96%	42.314

O principal objetivo desta emissão foi alongar o perfil de endividamento da Companhia. As Debêntures não precisam cumprir cláusulas restritivas de índices financeiros, entretanto, a Companhia tem que cumprir certas restrições, como inadimplência de qualquer dívida financeira igual ou superior a R\$4.000, entre outras restrições.

12. FORNECEDORES

Fornecedores	2022	2021
No País	29.349	27.209
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9.2)	31.077	40.434
Total	60.426	67.643

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo em aberto de confirming/risco sacado incluído em fornecedores é de R\$4.140 (R\$2.522 em 31 de dezembro de 2021). Essa operação não altera as condições comerciais junto ao fornecedor.



13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Categoria	2022	2021
Encargos sociais	4.957	5.035
Provisão para férias	9.789	8.807
Participação nos resultados	9.646	8.610
Provisão devido a liminar de INSS (terceiros)	5.356	2.498
Total	29.748	24.950

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas, entre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e em ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Categoria dos processos	2022	2021
Processos trabalhistas	18.302	19.454
Processos tributários federal	3.344	3.172
Processos cível	288	225
Total	21.934	22.851

14.1 MOVIMENTAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO

Movimentação 2022	Saldo em 2021	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Baixas	Saldo em 2022
Processos trabalhistas	19.454	11.480	1.669	(6.477)	(7.824)	18.302
Processos tributários federal	3.172	204	40	(72)	-	3.344
Processos cível	225	63	-	-	-	288
Total	22.851	11.747	1.709	(6.549)	(7.824)	21.934

Movimentação 2021	Saldo em 2020	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Baixas	Saldo em 2021
Processos trabalhistas	7.335	18.221	2.647	(233)	(8.516)	19.454
Processos tributários federal	2.486	676	10	-	-	3.172
Processos cível	225	-	-	-	-	225
Total	10.046	18.897	2.657	(233)	(8.516)	22.851



A seguir, uma breve descrição dos processos em que a Companhia figura como parte, de acordo com sua natureza:

a) Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava como parte em 411 processos trabalhistas, uma redução de 12,2% quando comparado ao exercício anterior (em 31 de dezembro de 2021 foram 468). Os principais temas abordados nesses processos versam sobre doenças ocupacionais, acidentes, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, equiparações salariais e verbas rescisórias, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante.

O montante total discutido é de R\$71.377 (R\$76.065 em 31 de dezembro de 2021), para o qual a provisão no valor de R\$18.302 (R\$19.454 em 31 de dezembro de 2021) foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

A redução na provisão de 2021 para 2022 foi devido a redução do número de processos e revisão do percentual de perdas nos processos.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização nem sua divulgação.

b) Riscos possíveis

A Companhia possui diversas ações tributárias e cíveis em andamento, cujos prognósticos de perda, conforme estimativas da Companhia e de seus consultores jurídicos, são considerados possíveis, razão pela qual não requerem o registro de provisões.

Em 31 de dezembro de 2022, as ações tributárias somavam R\$3.344 (R\$3.172 em 31 de dezembro de 2021), as ações cíveis somavam R\$288 (R\$225 em 31 de dezembro de 2021).

c) Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$6.574 (R\$7.614 em 31 de dezembro de 2021) é representado por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas, tributários e cíveis. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.



15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$87.707 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Capital social	País	Número de ações	% de participação	Total R\$
Amsted Maxion Fundição e Equip. Ferr. S.A.	Brasil	19.330.272	40,0%	19.330
Greenbrier do Brasil Participações Ltda	Brasil	28.995.406	60,0%	68.377
Total		48.325.678	100,0%	87.707

15.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

15.3 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

O lucro do exercício, quando positivo, será apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76 e terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 25% para a distribuição de dividendos obrigatórios; e (iii) 70% do restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que será destinada como dividendo suplementar aos acionistas.

Em 09 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital (JCP) no valor bruto de R\$5.175 equivalente a R\$ 0,107088286 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$4.399 ou R\$0,091025043 por ação ordinária, já deduzida do IRRF, respectivamente. O JCP foi integralmente pago em 21 de dezembro de 2022.

Conforme deliberação do Conselho de Administração naquela data, o JCP será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos do artigo 36 – parágrafo único do Estatuto Social da Companhia. O pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios remanescentes no montante de R\$4.642 aos seus acionistas, na proporção de sua participação, será objeto de discussão na próxima reunião de acionistas.



Distribuição dos resultados	2022
Prejuízo líquido acumulado em 31 de dezembro de 2021	(13.694)
Lucro líquido do exercício	50.730
Lucro líquido acumulado em dezembro de 2022	37.036
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	874
Total a distribuir	36.162
Destinação do lucro:	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	9.041
Juros sobre o capital próprio bruto pago em 2022	5.175
Imposto de renda sobre juros capital próprio bruto	(776)
Dividendos mínimos obrigatórios, líquido de impostos a pagar	4.642
Reserva legal (5%)	1.808
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (70%)	24.537
Total distribuído	9.817
Distribuição total	27,1%

Pela primeira vez a Companhia realizou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio no exercício de 2022 como forma de antecipação da distribuição de dividendos.

15.4 LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e na respectiva quantidade média de ações em circulação, conforme o quadro a seguir:

Lucro por ação	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	50.730	30.487
Quantidade média ponderada de ações (milhares de ações)	48.326	48.326
Lucro do exercício por ação - básico e diluído - R\$	1,04975	0,63086

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e, por isso, o lucro por ação básica é igual ao diluído.



16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Receita das vendas	2022	2021
Receita bruta de vendas:		
Vendas de produtos	954.856	933.392
Vendas de serviços	1.207	12.252
Deduções:		
Impostos sobre as vendas e serviços	(105.534)	(131.523)
Devoluções e cancelamentos do exercício	(60.725)	(2.437)
Receita líquida de vendas	789.804	811.684

Parte substancial das vendas da Companhia são praticadas nas modalidades do “incoterms” conhecidas como “*Freight On Board - FOB*” na qual a Companhia é responsável por disponibilizar a mercadoria para retirada em seu site e o cliente retém a responsabilidade total da coleta (tanto financeiramente, quanto em termos de salvaguarda do bem). Nesse momento, se dá a transferência de controle do produto ao cliente, e, conseqüentemente, o momento de reconhecimento da receita.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, existiam vagões faturados e não embarcados no montante de R\$7.777, no qual a receita não foi reconhecida ao final do exercício.

17. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	2022	2021
Descontos obtidos	62	5
Juros ativos	810	399
Rendimento sobre aplicações financeiras	13.354	4.951
Outras	1.385	904
Total	15.611	6.259
Despesas financeiras	2022	2021
Juros e encargos financeiros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.687)	(10.237)
Outros encargos financeiros	(1.710)	(3.166)
Juros sobre passivos de arrendamento	(3.524)	(2.010)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(395)	(156)
Outras	(6)	(3)
Total	(23.322)	(15.572)
Total receita / despesas financeiras líquidas	(7.711)	(9.313)



18. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

Variação cambial	2022	2021
Variação cambial ativa sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	12	114
Variação cambial passiva sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	(322)	(48)
Total	(310)	66

19. CUSTOS E DESPESAS

Custos e despesas por natureza	2022	2021
Matéria-prima	(472.959)	(509.479)
Salários, encargos e benefícios	(157.176)	(145.970)
Materiais e manutenção	(27.537)	(30.876)
Depreciação	(8.652)	(9.072)
Serviços prestados por terceiros	(12.681)	(10.775)
Fretes	(1.122)	(560)
Amortização de direito de uso	(14.283)	(13.474)
Garantia	(3.152)	(5.148)
Energia elétrica	(2.917)	(2.936)
Locomoção e comunicação	(2.434)	(1.595)
Comissões	(6)	(2)
Outros custos	(14.992)	(18.747)
Total	(717.910)	(748.634)

Custos e despesas por função	2022	2021
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(685.040)	(718.641)
Despesas com vendas	(7.529)	(9.126)
Despesas gerais e administrativas	(18.718)	(14.550)
Honorários da Administração	(6.623)	(6.317)
Total	(717.910)	(748.634)



20. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Outras receitas	2022	2021
Convenio de cooperação técnica	284	303
Receita sobre a exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS	-	2.486
Total outras receitas	284	2.789

Outras despesas	2022	2021
Contingências e custos judiciais	(6.562)	(6.315)
Projeto Formare (Fundação lochpe)	(224)	(57)
Imposto predial e territorial urbano - IPTU	(507)	(401)
Impostos federais e estaduais	(297)	(254)
Contribuição para associação de classe	(167)	(35)
Auditoria	(270)	(182)
Covid	(768)	(2.146)
Outras	(7)	(1.564)
Total outras despesas	(8.802)	(10.954)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(8.518)	(8.165)

21. DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Ativos com vida útil definida	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	64.634	-	64.634
Adições	-	1.177	1.177
Baixas	(30.442)	(566)	(31.008)
Depreciação	(13.474)	(184)	(13.658)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.718	427	21.145
Adições	-	874	874
Adições (remensuração)	37.190	-	37.190
Amortização de direito de uso	(13.894)	(389)	(14.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.014	912	44.926



Passivo por arrendamentos	Imóveis	Veículos	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	22.980	566	23.546	65.606
Adições	-	874	874	-
Adições (remensuração)	37.190	-	37.190	-
Baixas	-	-	-	(35.000)
Pagamentos principal	(6.503)	(345)	(6.848)	(13.839)
Pagamento de juros	(7.477)	(36)	(7.513)	(389)
Juros apropriados	3.494	30	3.524	7.168
Saldo em 31 de dezembro	49.684	1.089	50.773	23.546
Circulante			6.223	16.003
Não circulante			44.550	7.543

Em 16 de setembro de 2021, a Companhia assinou o 8º termo aditivo com a Savoy Imobiliária Construtora (principal contrato de locação de sua planta industrial com 134.009 metros² de área construída) em que a partir de 1º de janeiro de 2022 o aluguel mensal passou a ser de R\$1.165, com vencimento em 14 de junho de 2023. Em 04 de outubro de 2022, foi assinada a carta de intenção de renovação do contrato por mais 60 meses, a qual foi considerada a nossa melhor estimativa de prazo contratual, passando seu vencimento para 14 de junho de 2028. Adicionalmente, a taxa de juros utilizada na remensuração do contrato foi de 18,76% ao ano.

Cronograma de liquidação	Total
2024	7.421
2025	8.510
2026	9.950
2027	11.867
2028	6.802
Total	44.550

A Companhia possui subarrendamento de sua área industrial para empresa parte relacionada (vide nota explicativa 9.2) e para 6 terceiros equivalentes a 27.994 metros² quadrados de área construída, os quais foram considerados subarrendamentos operacionais e são reconhecidos no resultado de forma linear. A receita de subarrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$7.053 (R\$6.781 em 2021). A receita de subarrendamento está registrada na rubrica de Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e o montante a receber em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.318 e (R\$1.448 em 31 de dezembro de 2021) está registrado na rubrica de Contas a Receber.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante total acumulado de despesas com arrendamentos classificados como curto prazo e ativos de baixo valor é de R\$4.566 (R\$3.518 em 31 de dezembro de 2021).



22. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

Os principais passivos financeiros da companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da companhia. Os principais ativos financeiros da companhia incluem contas a receber, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações. A empresa também mantém investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Alta Administração da companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir, com base nas demonstrações financeiras (considerando a baixa exposição existente nas demonstrações financeiras).

22.2 CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros	Nota explicativa	2022	2021
Ativos financeiros (custo amortizado) caixa e equivalentes de caixa	4	122.509	90.184
Contas a receber de clientes (incluem partes relacionadas)	5	18.656	23.117
Depósitos judiciais	14.1	6.574	7.614
Outros créditos		5.916	4.011
Total		153.655	124.926

Passivos Financeiros	Nota explicativa	2022	2021
Passivos financeiros (custo amortizado) empréstimos, financiamentos e debêntures	11	133.728	153.075
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	12	60.426	67.643
Passivos de arrendamento	21	50.773	23.546
Outras obrigações		28.267	38.469
Total		273.194	282.733



22.3 VALORES JUSTOS

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40 / IFRS7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelas quais os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integralidade dos termos dos ativos ou passivos.
- Nível 3 - informações disponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que não são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados no encerramento de cada exercício, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativo de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado no qual a Companhia está inserida e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros avaliados a valores justos.



22.4 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

As receitas, quase em sua totalidade, são distribuídas entre as operadoras logísticas ferroviárias e mineradoras. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não há diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões (vide valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 5).

Adicionalmente, uma parcela significativa de suas compras é feita com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.2.

b) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a área de tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:



Risco de liquidez	2022			2021	
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.385	28.016	327	113.958	39.117
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	60.426	-	-	67.643	-
Passivos de arrendamento	13.980	27.960	41.940	16.003	7.543
Outras obrigações	27.302	965	-	38.469	-
Total	207.093	56.941	42.267	236.073	46.660

c) Risco de flutuação nos preços de siderúrgicos

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da capacidade de adquirir siderúrgicos a preços competitivos. Caso o preço da matéria prima tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional será reduzida.

Atualmente a Companhia trabalha para firmar acordos de longo prazo junto aos fornecedores e clientes, para que a exposição a variação apresente o menor impacto possível.

d) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxa de juros	2022		2021	
	Indexador	R\$	Indexador	R\$
Aplicações financeiras	CDI	122.277	CDI	89.922
Empréstimos, financiamentos e debêntures - (inclui <i>intercompany</i>)	CDI	133.728	CDI	153.075

e) Risco de taxa de câmbio

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial em 31 de dezembro de 2022, a Companhia considerou os saldos conforme demonstrado abaixo.

Risco de taxa de câmbio	2022	
	US\$	R\$
Contas a receber	47	245
Fornecedores	-	-
Exposição líquida	47	245

A administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

f) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de juros (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

i) *Seleção dos riscos*

A Companhia selecionou como risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos a taxa de juros (CDI).

ii) *Seleção dos cenários*

Os cenários possíveis e remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2022:

Aplicações financeiras - CDI	Cenários		
	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
CDI em 31 de dezembro de 2022	10,0%	7,5%	5,0%
Saldo contábil considerando a receita financeira estimada	12.232	9.174	6.116
Efeito - perda		(3.058)	(6.116)

Empréstimos e financiamentos - CDI	Cenários		
	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
CDI em 31 de dezembro de 2022	6,2%	7,8%	9,4%
Saldo contábil considerando a despesa financeira estimada	8.338	10.417	12.504
Efeito - perda		(2.079)	(4.165)

g) Risco de concentração

Os produtos da Companhia são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 85% da sua receita operacional é concentrada em 4 principais clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia. Ressaltamos que a concentração de clientes é variável entre exercícios, atendendo a demanda do mercado.



23. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida em relação ao capital no encerramento de cada exercício é apresentada a seguir:

Gestão de capital	2022	2021
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures (incluem passivos de arrendamento)	184.501	176.621
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(122.509)	(90.184)
Dívida líquida	61.992	86.437
Total do patrimônio líquido	115.592	74.679
Relação do patrimônio líquido sobre a dívida líquida	186,5%	86,4%

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022 é demonstrada:

Cobertura de seguros	2022	2021
Lucros cessantes	188.925	181.611
Seguro predial	167.781	167.781
Danos materiais	184.197	157.528
Seguro D&O	60.000	36.366
Seguro locatício	6.737	6.737
Responsabilidade civil	10.000	12.600
Total	617.640	562.623



25. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Transações ocorridas sem desembolso de caixa	2022
Captações referentes a operações com risco sacado	36.954
Captações referente ao direito de uso	874
Remensuração referente ao direito de uso	37.190

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 20 de março de 2023.